

Democratizando conhecimento

EJE promove curso jurídico gratuito, aberto ao público externo e com profissionais gabaritados



Entre os meses de agosto e novembro, advogados eleitorais, servidores públicos e estudantes de Direito participaram do curso de Direito Eleitoral, idealizado, de forma gratuita e aberto ao público externo, pela primeira vez pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Rio de Janeiro. Na ementa das palestras, estavam presentes todos os temas mais palpitantes e atuais da seara eleitoral, como reforma política, condutas vedadas e doações de campanha. “Pretendemos expandir o estudo e as discussões no âmbito

do Direito Eleitoral e para isso brindamos os participantes com palestras ministradas por profissionais do mais alto gabarito”, afirmou a diretora da EJE, juíza Ana Teresa Basílio, que já marcou para janeiro de 2012 o início de uma nova turma, com foco desta vez nos partidos políticos.

Em cada aula do primeiro curso de Direito Eleitoral, que ocorria sempre às segundas e quartas-feiras, das 19h15 às 21h15, no plenário do TRE-RJ, um profissional abordava um tema eleitoral específico. O palestrante expunha o assunto do dia e os trinta minutos finais eram destinados a perguntas. “Tentei abordar, de maneira objetiva e com profundidade, o instituto das Representações, enfatizando as questões mais

controvertidas e a atual jurisprudência dos tribunais”, explicou o advogado eleitoral Eduardo Damian, único palestrante que participou por duas vezes.

Uma das vantagens do curso é a diversidade da formação profissional dos palestrantes. Além de possuírem experiência no magistério, eles atuam na Magistratura federal ou estadual, como os desembargadores Guilherme Calmon e André Fontes e os juízes Márcia Cunha, Octávio Chagas, Raquel de Oliveira, Antonio Augusto Gaspar, Leonardo Antonelli e a própria Ana Basílio; no Ministério Público federal, como os procuradores Rogério Navarro e Arthur Gueiros; na advocacia eleitoral como Eduardo Damian, Luiz Paulo Viveiros de Castro, Marcio Vieira Santos, Vânia Aieta, Ricardo Loretti e Bruno Calfat; e, for fim, no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), o servidor Ronaldo Cunha Barreto.

Esta diversidade não se restringiu aos professores. Dentre os alunos, havia estudantes de Direito, servidores públicos, em sua maioria do próprio TRE-RJ, mas também de outros tribunais, como do

1 Desembargador Guilherme Calmon falou sobre inelegibilidade e união afetiva

2 Advogado Luiz Paulo Viveiros de Castro falou sobre Direitos Políticos, democracia e exercício do poder

3 Juíza Márcia Cunha Silva Araújo de Carvalho falou sobre Sistemas Eleitorais e processo eleitoral

4 Juiz Octávio Chagas de Araújo Teixeira falou sobre Partidos políticos



TJRJ, concurreiros, advogados eleitorais, assim como representantes de partidos políticos. A procura inicialmente foi grande, fazendo com que a equipe da EJE chegasse a reservar, além do plenário do TRE-RJ, onde ocorriam as aulas, o auditório no segundo andar, também do prédio da Sede, para que, por meio de um telão com transmissão simultânea, mais pessoas pudessem assistir às aulas. Ao longo do curso, no entanto, o plenário, com seus 100 lugares, se mostrou suficiente para comportar os participantes. Todos ali tinham, segundo a diretora da EJE, um objetivo: “adquirir conhecimento, se atualizar e trocar experiências”.

A concurreira Mariana Nozaka tomou ciência do curso pela colega de turma e servidora do TRE-RJ Vivian Reis. “Como estudei Direito Eleitoral para o Concurso TSE 2006, já tenho uma base da matéria, o que facilitou a compreensão das palestras, que, para a minha sorte, contou com professores que aprofundaram bastante o conteúdo”, afirmou Mariana, que atualmente está focada para o próximo concurso do TRE-RJ, ainda sem previsão do órgão. “Se houver outro curso aberto ao público externo como este, pretendo me inscrever, pois conhecimento nunca é demais”, concluiu.

O servidor Igor Potikovitch Abreu, lotado na 169ª Zona Eleitoral, em Higienópolis, também participou do curso. Ele sugeriu que o conteúdo das palestras, que foram gravadas, seja disponibilizado para todos aqueles que fizeram o curso. Para a advogada eleitoral Bianca de Carvalho, o curso propiciou uma atualização importante na sua rotina de trabalho. “Diante da variedade dos temas abordados, é evidente que os participantes, mesmo que muitos com larga experiência no Eleitoral, adquiriram conhecimento”, assegurou Bianca, acrescentando que as discussões em relação às recentes decisões judiciais tomadas com base nas últimas alterações legis-

lativas, como a Lei Complementar 135/10 (Lei da Ficha Limpa), foram imprescindíveis para o bom aproveitamento do curso.

Idealizadora do projeto, a juíza Ana Tereza Basílio encerrou o ciclo de palestras do primeiro curso em novembro de 2011. Na oportunidade, a diretora da EJE, que estava incumbida do tema Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED), aproveitou também para fazer um balanço dos pontos relevantes que foram abordados no curso, como os diversos instrumentos processuais eleitorais e a Reforma Eleitoral. A magistrada defendeu, por exemplo, a simplificação das ações processuais eleitorais como um foco a ser perseguido pela Reforma Eleitoral no Congresso Nacional, inclusive por meio de iniciativas populares. Esta simplificação procedimental dos instrumentos conferidos à Justiça Eleitoral, segundo a magistrada, garantiria uma maior legitimidade do pleito. “Temos diversos tipos de ações, com prazos e requisitos distintos. Eles formam um emaranhado processual e trazem dificuldades, não só para os advogados e os julgadores, mas também para a própria prestação jurisdicional”, acredita.

5 Advogado Eduardo Damian
falou sobre Representações e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo

6 Desembargador federal André Fontes
falou sobre Inelegibilidades

7 Advogado Márcio Vieira Santos
falou sobre Reforma Política

8 Advogado Ricardo Loretta
falou sobre Propaganda Eleitoral



9



10



11



12



13



14



15



16



17

Com o sucesso do primeiro curso de Direito Eleitoral realizado pela EJE, sob o comando da juíza Ana Tereza Basílio, terá início, em janeiro próximo, um novo curso, desta vez, voltado aos partidos políticos. “Os temas foram sugeridos pelos próprios representantes das agremiações. Com isso, o próximo curso irá aprimorar e elucidar questões atinentes à seara das agremiações partidárias, mantendo a higidez e alcançando o aperfeiçoamento democrático em suas atuações nas eleições municipais”, explica a magistrada. No mesmo formato do primeiro, esta turma será aberta novamente ao público externo, não ficando restrito aos representantes de partidos políticos, apesar deste ser o foco. Todas as informações do curso estão disponíveis na internet do www.tre-rj.jus.br, no link da Escola Judiciária Eleitoral (EJE).

9 Advogada Vânia Aieta
falou sobre Condutas Vedadas

10 Advogado Bruno Calfat
falou sobre Processo Civil Eleitoral - Ação de Impugnação ao pedido de registro de candidato

11 Procurador Regional da República Rogério Navarro
falou sobre Recursos no âmbito da Justiça Eleitoral

12 Juíza Raquel de Oliveira
falou sobre Condições de Elegibilidade

13 Juiz Antônio Augusto de Toledo Gaspar
falou sobre Processo Civil Eleitoral - Ação de Investigação Judicial Eleitoral

14 Procurador Regional da República Artur Gueiros
falou sobre Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral

15 Juiz Leonardo Pietro Antonelli
falou sobre Doações de Campanha

16 Servidor Ronaldo Cunha Barreto
falou sobre prestação de contas, arrecadação e aplicação dos recursos nas campanhas eleitorais

17 Juíza Ana Tereza Basílio
falou sobre Processo Civil Eleitoral - Recurso de expedição de diploma

TRE-RJ inicia organização das eleições 2012

A primeira reunião de organização das eleições municipais de 2012 foi realizada na manhã do dia 14 de setembro no auditório da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). O evento possibilitou um debate com os juízes eleitorais e os chefes de cartório sobre a estrutura que será disponibilizada para as eleições, a forma como a Fiscalização Permanente da Propaganda Eleitoral deve funcionar e a importância da celeridade nos processos. Foram ainda apresentados tanto o Plano Integrado das Eleições 2012, que já está sendo desenvolvido, quanto os resultados parciais da capacitação conceitual e prática em modelagem de processos de trabalho, também em andamento no TRE-RJ.

O evento contou com a presença dos juízes e chefes de cartório das 249 Zonas Eleitorais do Estado, além do presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, do corregedor regional eleitoral, juiz Antonio Augusto de Toledo Gaspar, da diretora-geral, Regina Domenici, dos secretários e dos gerentes de planejamento do Tribunal.

O presidente reafirmou no encontro o compromisso do TRE-RJ com a transparência nas Eleições 2012. "Pretendemos garantir a liberdade total de voto ao eleitor e o Tribunal disponibilizará aos Juízes tudo o



Juízes e chefes dos 249 Cartórios Eleitorais do Estado conheceram o Plano Integrado das Eleições 2012



O presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, iniciou a reunião ao lado do corregedor regional eleitoral, juiz Antonio Augusto de Toledo Gaspar (à esq), e do juiz auxiliar da Presidência, Fábio Porto

que for necessário à garantia da lisura do pleito”, assegurou. O desembargador Zveiter explicou ainda que está sendo feito o mapeamento dos municípios onde há mais chances de ocorrer imprevistos durante o processo eleitoral e que, com o apoio das polícias Civil e Militar, a postura do Tribunal será de “tolerância zero” com as irregularidades, a exemplo do que foi feito na eleição suplementar de Magé.

A juíza da 141ª ZE, que abrange Itavaia e Cardoso Moreira, Samara Freitas Cesário, ressaltou que está acumulando o município de Cambuci. “Praticamente todos os juizes da região estão acumulando, eu estou com três municípios”, contou a juíza. “Para a eleição municipal, que é muito complexa, não vejo perspectiva de melhora, terei muita dificuldade em administrar três municípios desde o início do ano”, apontou a magistrada, que sugeriu a designação de um juiz para responder por cada Zona Eleitoral pelo menos desde o início dos anos eleitorais. O presidente afirmou que vai trabalhar para ter pelo menos um juiz designado para a área equivalente a cada comarca.

Sobre a fiscalização permanente da propaganda eleitoral, o corregedor, juiz Antonio de Toledo Gaspar, voltou a defender seu posicionamento quanto à “promoção pessoal” que, muitas vezes, configuraria uma flagrante propaganda eleitoral irregular. “A fiscalização de propaganda deve ser exercida de forma permanente, coibindo o uso de faixas de agradecimentos que fazem saltar aos olhos a intenção eleitoral do autor”, salientou. O juiz Antonio Augusto Gaspar lembrou que há três interpretações sobre o que se pode considerar o início do período eleitoral. A primeira leva em conta o início do calendário eleitoral, ainda em 2011. A segunda refere-se ao começo do próprio ano eleitoral, em primeiro de janeiro. A terceira interpretação tem como marco as convenções partidárias para a escolha dos candidatos, que ocorrem em junho. “A opção da atual composição do TRE-RJ é no sentido de adotar a fiscalização permanente”, explicou o corregedor.

O magistrado destacou ainda que o calendário eleitoral já prevê atividades a partir do dia 7 de outubro e que a designação de juizes responsáveis por representações decorrentes de propaganda irregular nas eleições municipais ainda se encontra em fase de elaboração. Por isso, o julgamento das representações por propaganda eleitoral antecipada originadas de ações de fiscalização permanente ficam, por enquanto, a cargo do juiz da Zona Eleitoral onde ocorreu o fato. O corregedor conclamou o apoio dos chefes de cartório e dos juizes elei-

torais para que o Tribunal atinja o objetivo de garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Com relação à celeridade nos processos, o presidente afirmou que o TRE-RJ estava com cerca de três mil processos nas Zonas Eleitorais sem movimentação há mais de 30 dias. Após a solicitação da CRE para que os cartórios dessem atenção a esses processos, no dia do encontro já eram apenas 900. “É um avanço considerável e, graças à dedicação dos senhores, tenho certeza que este número será cada vez

menor”, afirmou o desembargador, completando: “Esses são os resultados de um Tribunal ágil e cooperativo”.

O juiz auxiliar da Presidência do TRE-RJ, Fábio Ribeiro Porto, apresentou aos servidores das Zonas Eleitorais o Plano Integrado das Eleições 2012. “Esse Plano pretende organizar todo o processo eleitoral com antecedência para garantir uma melhor gestão da eleição”, afirmou o juiz. Ele acrescentou que, apesar das dificuldades orçamentárias, “o Tribunal fará o

melhor possível na eleição municipal, que é a mais difícil de todas”.

“O Plano Integrado das Eleições 2012 está sendo desenvolvido com base no relatório com as sugestões da Reunião de Avaliação das Eleições de 2010”, afirmou o juiz Fábio Porto, ressaltando que será feita outra reunião para ouvir as Zonas Eleitorais sobre o Plano. “O objetivo deste Plano é antecipar e reduzir problemas que possam ocorrer, utilizando como base os relatórios de avaliação das eleições anteriores feitos pelos cartórios”, esclareceu o juiz.

Foi apresentado ainda o resultado parcial da capacitação conceitual e prática em modelagem de processos de trabalho, curso iniciado há três meses. Segundo Mauriti Maranhão, um dos responsáveis pela capacitação, o objetivo desse treinamento de seis meses é realizar um esforço conjunto do Tribunal para melhorar sua linha de produção. “Essa apresentação hoje é importante para obter o engajamento das pessoas que realizam a maioria das atividades fim do TRE-RJ”, afirmou o consultor. “Estamos construindo aqui no Tribunal um sonho que esperamos ver reconhecido por toda a sociedade fluminense”, concluiu Mauriti.

O presidente Zveiter afirmou ainda durante o encontro que o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do TSE, está comprometido com o desenvolvimento da ferramenta necessária para que o Estado possa ter Eleições 100% biométricas já em 2012. “O ministro se comprometeu a tentar disponibilizar os meios para que, no ano que vem, o cadastro de eleitores já seja totalmente biométrico”, afirmou o desembargador Zveiter. A ferramenta prometida permitiria a transferência dos dados das pessoas já cadastradas biometricamente pelo Detran para o banco do TRE-RJ.

“A postura do TRE-RJ será de tolerância zero com as irregularidades nas Eleições de 2012”, enfatizou o presidente Zveiter



“A fiscalização de propaganda deve ser exercida de forma permanente”, defendeu o corregedor Antonio Augusto